

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 2º trimestre de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba – PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Companhia). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Barueri, 07 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Eliane Resmini
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T PR
Responsável Técnica



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

EM

30 DE JUNHO DE 2023

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
3 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
4 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 31

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

A T I V O	NE nr.	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		221.924	224.833
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	177.521	185.915
Clientes	6	27.070	23.272
Outros Créditos	8	3.438	2.137
Tributos Compensáveis	9	5.148	3.097
Investimentos Temporários	10	8.288	10.295
Despesas pagas antecipadamente	11	459	117
NÃO CIRCULANTE		608.662	623.364
Realizável a Longo Prazo		80.954	80.810
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301
Depósitos Judiciais	12	53	58
Tributos Diferidos	14	71.242	71.094
Adiantamento a Acionistas	7	8.359	8.358
Imobilizado	15	336.681	345.813
Intangível	16	190.161	195.778
Direitos de Uso de Ativo	17.1	864	962
TOTAL DO ATIVO		830.584	848.197

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022
em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		112.618	111.141
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	391	263
Fornecedores	19	3.328	3.313
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	6.737	-
Outras Obrigações Fiscais	21	887	1.440
Encargos Setoriais a Pagar	24	846	1.404
Pequisa e Desenvolvimento	23	1.709	1.467
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	22	98.488	103.085
Passivos de Arrendamento	17.2	232	169
NÃO CIRCULANTE		728.866	771.897
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	22	728.217	771.102
Passivo de Arrendamentos	17.2	650	795
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(10.900)	(34.841)
Capital Social	27,1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27,2	5.725	7.050
Reserva Legal		-	-
Prejuízos Acumulados		(52.128)	(77.394)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		830.584	848.197

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	N.E	01.01.23 a 30.06.23	01.01.22 a 30.06.22	01.04.23 a 30.06.23	01.04.22 a 30.06.22
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	74.803	107.399	31.255	52.531
(-) Custos Operacionais	29	(42.243)	(38.899)	(21.945)	(20.022)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		32.560	68.500	9.310	32.509
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		(2.670)	(3.449)	(1.706)	(1.866)
Despesas Administrativas	30	(3.604)	(3.449)	(1.942)	(1.866)
Outras Receitas	30	934	-	236	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		29.890	65.051	7.604	30.643
RESULTADOS FINANCEIRO	31	3.577	(103.888)	22.861	(39.361)
Receitas financeiras	31	67.466	7.799	54.777	4.447
Despesas financeiras	31	(63.889)	(111.687)	(31.916)	(43.808)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		33.467	(38.837)	30.465	(8.718)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.201)	13.238	(9.316)	2.978
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(7.667)	13.772	(7.668)	3.245
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(534)	(534)	(1.648)	(267)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		25.266	(25.599)	21.149	(5.740)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		0,42	(0,42)	0,35	(0,10)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	01.01.23	01.01.22	01.04.23	01.04.22
	a	a	a	a
	30.06.23	30.06.22	30.06.23	30.06.22
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	25.266	(25.599)	21.149	(5.740)
Outros resultados abrangentes				
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(2.006)	-	2.761	-
Operações com Créditos de Carbono	(2.006)	-	2.761	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	682	-	(938)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(1.324)	-	1.823	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	23.942	(25.599)	22.972	(5.740)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros	
			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	35.503	255	(76.703)	(40.945)
Prejuízo do Período Janeiro a Junho de 2022	-	-	(25.597)	(25.597)
Saldos em 30 de Junho de 2022	35.503	255	(102.300)	(66.542)
Lucro do período de Julho a Dezembro de 2022			24.907	24.907
Outros Resultados Abrangentes		6.794		6.794
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.503	7.049	(77.393)	(34.841)
Lucro do Período Janeiro a Junho 2023			25.266	25.266
Outros Resultados Abrangentes		(1.324)		(1.324)
Saldos em 30 de Junho de 2023	35.503	5.725	(52.128)	(10.900)

* As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras *



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022
em milhares de reais

	NE nr.	30.06.2023	30.06.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		25.266	(25.597)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	15	12.108	10.503
Amortização	16	5.635	5.656
Variações monetárias não realizadas	31	7.672	111.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	534	(13.239)
Resultado de baixa do imobilizado		864	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes		(3.797)	(7.283)
Outros créditos		(1.301)	(498)
Tributos compensáveis		(2.049)	(851)
Despesas pagas antecipadamente		(344)	(295)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas		128	56
Fornecedores		16	(1.319)
Imposto de renda e contribuição social		6.737	-
Outras Obrigações Fiscais		(553)	(1.969)
Pagamento de direito de uso		(117)	(104)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público		(55.115)	(50.913)
Pesquisa e Desenvolvimento		218	354
Encargos Setoriais		(534)	1.435
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(4.632)	27.594
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	15	(3.744)	(7.088)
Adições no intangível	16	(19)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(3.762)	(7.088)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	-
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(8.394)	20.505
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	185.916	148.031
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	177.522	168.536
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(8.394)	20.505

* As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras *

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022
em milhares de reais

	NE nr.	30/06/2023		30/06/2022	
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	81.279		119.111	
Total		81.279		119.111	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - Revenda	29	(974)		-	
Compra de Energia - MCP / CCEE	29	-		(60)	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	(3.206)		(3.053)	
Encargos de uso da rede elétrica	29	(11.688)		(13.156)	
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	(9.478)		(6.652)	
Outros insumos	29 e 30	(311)		(253)	
Total		(25.657)		(23.174)	
(=) Valor adicionado bruto		55.622		95.937	
(-) Depreciação e amortização					
		(17.017)		(16.159)	
(=) Valor adicionado líquido		38.604		79.778	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	31	67.466		7.799	
Outras Receitas	30	934		-	
Total		68.400		7.799	
Valor adicionado a distribuir		107.004		87.577	
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30/06/2023	%	30/06/2022	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(1.873)		(1.781)	
Planos previdenciários e assistencial		(96)		(115)	
Benefícios		(191)		(186)	
Encargos sociais - FGTS		(472)		(431)	
Total	30	(2.632)	(2,5)	(2.513)	(2,9)
Governo					
Federal	20 e 28	(15.137)		1.107	
Estadual	30	(1)		(3)	
Municipal	30	(24)		(26)	
Total		(15.161)	(14,2)	1.078	1,2
Terceiros					
Juros e variações monetárias	31	(63.889)		(111.687)	
Arrendamentos e aluguéis	30	(56)		(53)	
Total		(63.945)	(59,8)	(111.740)	(127,6)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		(25.266)		25.598	
Total		(25.266)	(23,6)	25.598	29,2
		(107.004)	(100,0)	(87.577)	(100,0)

* As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 30 de junho de 2023

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios	Revisão da Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6	66,0
UHE – Fundão	120,168	65,8	62,1
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
	246,411	140,3	133,0

Em 03 de maio de 2017, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria MME nº 178, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Usinas Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, reduzindo a energia assegurada das usinas do CEFSC – Complexo Energético Fundão e Santa Clara.

Ato contínuo, em 13 de dezembro de 2017, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF, pleiteando a nulidade da portaria. A justiça, de forma liminar decidiu pela manutenção da liquidação integral da GF das UHEs (135,4 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Em caso de decisão desfavorável a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios, com reflexos no período (01/01/2018 a 31/12/2022).

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando novamente a GF das UHEs despachadas centralizadamente no SIN. Considerando as duas revisões a (GF) das UHE – Santa Clara e UHE – Fundão que originalmente era de 135,4 MWm, será reduzida para 128,1 MWm, perfazendo uma queda de 5,39% percento.

A Companhia estuda a contratação de escritório jurídico, visando a elaboração de tese específica para defesa dos interesses da Elejor e a sua representação judicial em ação a ser movida em face da União Federal, visando afastar suas UHEs dos efeitos da metodologia aplicada nesta última portaria.

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica

denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmado pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue:

Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então é corrigido monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da foram autorizadas pela Administração em 31 de julho de 2023.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos,

passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

Ativo	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
Passivo	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado

Outras
contas a Pagar

Outros
Passivos

Custo
Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso

ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e bancos contas movimento		20	19
Aplicações financeiras de curto prazo		177.501	185.896
		177.521	185.915

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre (96,5% e 101,0%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e tempo de aplicação.

6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30/06/2023
Suprimento - Copel Comercialização	889	-	-	946
Suprimento - Livres	7.681	-	-	7.512
CCEE	18.500	-	-	21.838
	27.070	-	-	30.296

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não realiza PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE/ACL e liquidação no âmbito da CCEE/MRE, por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

	30/06/2023	31/12/2022
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	889	
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.077	2.116
Copel Geração e Transmissão S.A.	151	1.131
<u>Resultado</u>	30/06/2023	31/12/2022
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(12.548)	(13.156)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(520)	(5.744)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(508)	(436)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Ordens de serviço - P & D		3.134	1.934
Almoxarifado de manutenção e operação		215	195
Adiantamento a empregados		81	-
Adiantamento a fornecedores		2	2
Devoluções de compras		6	6
		3.438	2.137

* Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de Renda retido fonte		5.148	3.097
		5.148	3.097

O Imposto de Renda retido na Fonte, será compensado futuramente ou restituído pela Receita Federal do Brasil, através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2022	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	657.810	10.295
30/06/2023	Vendas de Certificados RCEs Jan a Mar 2023	(25.348)	
	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	614.370	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 2,80		
	Cotação - Dólar R\$ 4,81		
	Custo Unitário R\$ 13,49		
	Saldo Final Ajustado - AVJ		8.288

A Companhia vendeu durante o 1º ITR 2023 18.092 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP).

Essas vendas foram impulsionadas pela 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito, percebendo-se uma elevação nos preços dos RCEs.

Os investimentos temporários contemplam os RCEs que são “marcados a mercado”, a administração pretende vender o saldo remanescente de 614.370 (t) durante este exercício, visto que está contratando empresa acreditada pela ONU (Organização das Nações Unidas) junto à UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) para validação da renovação do período de crédito do Projeto de Créditos de Carbono (PDD).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Seguro das usinas		458	116
Seguro sede administrativa		1	1
		459	117

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a CHUBB Seguros Brasil S.A. com vigência até 07 de setembro de 2023, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 300.000 mil.

12. Depósitos Judiciais

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	58
Atualização monetária		6
(-) Ressarcimentos		(11)
	30/06/2023	53

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

13. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	1.301
Constituição	-	-
	30/06/2023	1.301

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, neste momento a ação encontra-se em cumprimento de sentença favorável a empresa.

14. Tributos Diferidos

	31/12/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/2023
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	56.024	-	-	56.024
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	18.702	(534)	-	18.168
	74.726	(534)	-	74.192

(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	3.632		(682)	2.950
	3.632		- (682)	2.950
Líquido apresentado no Balanço	71.094	(534)	682	71.242

Realização IR e CSLL Diferidos

30/06/2023	Ativo	Passivo
2023	57.093	(2.950)
2024	1.069	-
2025	1.069	-
2026	1.069	-
2027	1.069	-
2028	1.069	-
2029 a 2031	3.207	-
2032 a 2034	3.207	-
2035 a 2037	3.207	-
2038 a 2040	2.133	-
	74.192	(2.950)

15. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer	30/06/2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(6.551)	-	-	187.320
Máquinas e equipamentos	102.116	409	(3.664)	(703)	-	98.158
Edificações	33.165	-	(1.231)	-	-	31.934
Terrenos	14.523	2.625	(549)	(162)	-	16.437
Móveis e utensílios	123	17	(15)	-	-	125
	343.798	3.051	(12.010)	(865)	-	333.974
Em curso						
Custo	2.015	692	-	-	-	2.707
	2.015	692	-	-	-	2.707
	345.813	3.743	(12.010)	(865)	-	336.681

(*) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.

16. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2022	192.882	-	2.896	-	195.778
Aquisições	-	-	18	-	18
Amortização UBP	(5.134)	-	-	-	(5.134)
Amortização GSF	(418)	-	-	-	(418)
Amortização - Outros	-	-	(83)	-	(83)
30/06/2023	187.330	-	2.831	-	190.161

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação através de extensão da concessão das outorgas vigentes aos titulares das usinas hidrelétricas por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Em 1º de dezembro de 2020 foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 14 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, a qual definiu os prazos de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de

2021. Sendo que para as usinas constantes do CEFSC foram estabelecidos os prazos de 1078 dias para a UHE Santa Clara e de 1110 dias para a UHE Fundão.

Em 20 de setembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se e aprovou por unanimidade a adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou junto a ANEEL as cartas nº 153 e 154 formalizando o Termo de Aceitação que postergará o contrato de concessão da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, sendo que os valores reconhecidos se encontram destacados na rubrica aquisições.

17. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

17.1 Direito de Uso de Ativo

	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	30/06/2023
Em serviço					
Imóveis	962	-	(98)	-	864
	962	-	(98)	-	864

17.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2022	169	795	964
Pagamentos	(117)	-	(117)
Transferências	117	(117)	-
Ajuste a valor presente	63	(28)	35
30/06/2023	232	650	882

Realização do Passivo de Arrendamento

2023	117
2024	234
2025	234
2026	234
2027	214
Valores não descontados	1033
Juros embutidos	-151
Saldo do passivo de arrendamento	882

18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Salários a pagar		4	6
Tributos retidos na fonte		67	110
Provisão de férias e 13º salário		320	147
		391	263

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais dos empregados públicos, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

19. Fornecedores

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Saldo 30/06/2023
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.077	-	-	-	-	2.077
Materiais e Serviços - Copel GET	151	-	-	-	-	151
Materiais e Serviços	1.100	-	-	-	-	1.100
	3.328	-	-	-	-	3.328

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de Renda		5.655	-
(-) Imposto de Renda Pago por Estimativa		260	-
Contribuição Social		2.011	-
(-) Contribuição Social Pago por Estimativa		670	-
		6.737	-

21. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
PIS e Cofins		470	992
Tributos retidos na fonte		191	194
Previdência Social INSS		216	238
FGTS		10	16
		887	1.440

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

22. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia efetuará o pagamento do UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação	
	31/12/2022
	874.187
Ajuste a valor presente	(47.483)
Variação monetária	55.115
Pagamentos	(55.115)
	30/06/2023
	826.704

Realização do Contrato de Concessão

Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	52.084	50.528
2024	104.168	93.480
2025	104.168	84.217
2026	104.168	75.871
2027	104.168	68.352
2028	104.168	61.578
2029	104.168	55.476
Após 2029	1.102.453	337.202
Totais	1.779.545	826.704

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou o Termo de Aceitação decorrente da Lei n  14.052/2020, Resolução Normativa ANEEL n  895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL n  2.932/2021, que tratam da repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, conforme detalhado na NE n  15.

Assim, o valor presente da d vida com a extensão da concessão referentes aos pagamentos do UBP (Uso do Bem Público) foram reconhecidos na rubrica Adições - Extensão da Concessão.

23. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Ainda, o Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos, na data base de 31 de agosto de 2020, e o estabelecimento dos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025. Neste caso, as empresas não relacionadas nesse Despacho (caso da Elejor), e que possuem a obrigação legal de investimentos em projetos de P&D, deverão informar sua situação à CCEE para recolhimento do percentual fixo de 30% sobre a receitas devidas aos programas de P&D.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2022	109	55		1.303	1.467
Constituições	284	142	38	204	668
Juros Selic	-	-		55	55
Recolhimentos	(312)	(155)	(14)	-	(481)
30/06/2023	81	42	24	1.562	1.709

24. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	30/06/2023	31/12/2022
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		846	1404
		846	1404

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

25. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

25.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

25.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2022	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	96	-	96
Amortizações	(96)	-	(96)
30/06/2023	-	-	-

26. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

O departamento jurídico emitiu relatório onde constam todos os processos judiciais da Companhia, tanto como polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma detalhada os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

Autos	Vara	Comarca	Tipo	Valor da Causa R\$ Mil	Fase	Passivo Contingente R\$ Mil	
						30/06/2023	31/12/2022
1. Cíveis						8.535	8.910
1.1. Desapropriações e patrimoniais						8.535	8.910
0000207-28.2004.8.16.0134	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	502	Cumprimento de sentença	2.212	2.212
0000555-12.2005.8.16.0134	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	43	Instrutória	95	55
0003950-98.2003.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	810	Recursal	6.228	6.228
2. Regulatórias						38.547	38.250
1018438-81.2017.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	316.408	Recursal	29.472	29.175
1020718-88.2018.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	90.754	Recursal	9.075	9.075
						47.082	47.160

A Companhia ingressou com a Ação nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a

manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 29.175 mil.

Ressalte-se que com a publicação pelo Ministério de Minas de Energia da Portaria nº 709/GM/MM de 30 de novembro de 2022, a partir de 1º de janeiro de 2023, passam a vigorar novos montantes de GF para as UHEs do CEFSC.

27. Patrimônio Líquido

27.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

27.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	30/06/2023	31/12/2022
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		8.675	10.681
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(781)	961
(-) Imposto de Renda - Diferido		(2.169)	2.670
		5.725	7.050

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

28. Receita Operacional Líquida

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.04.23	01.04.22
	a	a	a	a
	30.06.23	30.06.22	30.06.23	30.06.22
Geração	51.333	112.971	23.476	54.167
Venda de Energia UHEs - Convencional	43.949	106.969	22.139	51.150
Venda de Energia UHEs Conv-COPEL COM	5.404	-	-	-
Venda de Energia PCHs - Incentivada	1.980	6.002	1.337	3.017
Comercialização	29.946	6.141	10.762	3.986
Energia contabilizada na CCEE	29.946	6.141	10.762	3.986
Receita Bruta	81.279	119.112	34.238	58.153
Contribuição para PIS	(1.027)	(1.904)	(473)	(914)
Contribuição para Cofins	(4.734)	(8.770)	(2.181)	(4.208)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(715)	(1.039)	(329)	(500)
Deduções da Receita Bruta	(6.476)	(11.713)	(2.983)	(5.622)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74.803	107.399	31.255	52.531

29. Custos Operacionais

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.04.23	01.04.22
	a	a	a	a
	30.06.23	30.06.22	30.06.23	30.06.22
Energia Comprada para Revenda	(975)	-	(495)	-
Compra de Energia - MCP / CCEE	-	(60)	-	-
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(3.206)	(3.054)	(1.230)	(2.326)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(460)	(419)	(210)	(210)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(11.688)	(13.156)	(6.583)	(6.583)
Materiais	(130)	(543)	(24)	(420)
Serviços de Terceiros	(7.948)	(5.221)	(4.343)	(2.191)
Depreciação	(11.271)	(10.409)	(5.602)	(5.269)
Amortização	(5.635)	(5.656)	(2.817)	(2.807)
Seguros	(853)	(291)	(598)	(147)
Outros custos	(77)	(90)	(43)	(69)
	(42.243)	(38.899)	(21.945)	(20.022)

30. Outras (Despesas) Receitas Operacionais

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.04.23	01.04.22
	a	a	a	a
	30.06.23	30.06.22	30.06.23	30.06.22
Pessoal	(1.549)	(1.451)	(831)	(810)
Administradores	(1.083)	(1.061)	(543)	(531)
Material	(29)	(65)	(15)	(45)
Serviços de Terceiros	(516)	(531)	(289)	(315)
Depreciação	(111)	(94)	(55)	(54)
Arrendamento e Aluguéis	(57)	(53)	(28)	(27)
Seguros	(1)	(1)	-	-
Tributos	(24)	(29)	(24)	(3)
Tarifas Bancárias	(11)	(4)	(8)	(2)
Associações Empresariais	(104)	(82)	(51)	(33)
Viagens e Hospedagens	(99)	(62)	(82)	(37)
Outras despesas	(20)	(15)	(16)	(9)
Despesas	(3.604)	(3.448)	(1.942)	(1.866)
Outras Receitas	934	-	236	-
Receitas	934	-	236	-
	(2.670)	(3.448)	(1.706)	(1.866)

31. Resultado Financeiro

Descrição	01.01.23	01.01.22	01.04.23	01.04.22
	a	a	a	a
	30.06.23	30.06.22	30.06.23	30.06.22
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	11.074	7.728	5.396	4.380
Juros e correções de tributos	-	2	-	-
CCEE Encargos de liquidação	223	68	178	67
Encargos da concessão - UBP - AVP	56.163	-	49.197	-
Outras receitas	6	1	6	-
Subtotal	67.466	7.799	54.777	4.447
Despesas financeiras				
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(55.115)	(50.913)	(27.557)	(25.457)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(8.681)	(60.742)	(4.341)	(18.339)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	-	(1)	-
Juros e correções - P & D	(56)	(28)	-	(10)
AVP de Arrendamento - Edificações	(34)	(4)	-	-
Juros Incorridos - Direito de Uso	-	-	(17)	(2)
Subtotal	(63.889)	(111.687)	(31.916)	(43.808)
Resultado Financeiro Líquido	3.577	(103.888)	22.861	(39.361)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 20, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

32. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
CHUBB SEGUROS BRASIL S.A	11.03.2023 a 07.09.2023	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	1.195	300.000
PORTO SEGURO	19.05.2023 a 19.05.2024	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	1	1.747
Total				1.196	301.747

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

33. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

34. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	21	21	19	19
Aplicações financeiras	5	177.501	177.501	185.896	185.896
Custo Amortizado					
Clientes	6	27.070	27.070	23.272	23.272
Total dos ativos financeiros		204.592	204.592	209.187	209.187

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo:

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/06/2023	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/07/2022	11/06/2027	Custo amortizado	10.839	10.839
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/08/2022	13/07/2027	Custo amortizado	16.405	16.405
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	10/08/2022	14/07/2027	Custo amortizado	488	488
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	06/09/2022	11/08/2027	Custo amortizado	519	519
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	09/09/2022	13/08/2027	Custo amortizado	16.221	16.221
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/10/2022	14/09/2027	Custo amortizado	15.595	15.595
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/10/2022	15/09/2027	Custo amortizado	1.469	1.469
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	14.568	14.568
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	15/10/2027	Custo amortizado	1.202	1.202
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	803	803
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	10.175	10.175
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	6.341	6.341
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/12/2022	24/11/2027	Custo amortizado	2.023	2.023
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/01/2023	14/12/2027	Custo amortizado	15.362	15.362
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/01/2023	15/12/2027	Custo amortizado	1.534	1.534
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/01/2023	24/12/2027	Custo amortizado	169	169
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	07/02/2023	12/01/2028	Custo amortizado	1.640	1.640
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/02/2023	13/01/2028	Custo amortizado	8.918	8.918
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/03/2022	10/02/2028	Custo amortizado	7.993	7.993
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/03/2023	11/02/2028	Custo amortizado	3.311	3.311
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/04/2023	14/03/2028	Custo amortizado	1.333	1.333
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/04/2023	14/03/2028	Custo amortizado	3.998	3.998
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/04/2023	15/03/2028	Custo amortizado	8.783	8.783
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/05/2023	12/04/2028	Custo amortizado	8.408	8.408
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	12/05/2023	13/04/2028	Custo amortizado	6.044	6.044
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	07/06/2023	11/05/2028	Custo amortizado	4.490	4.490
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/06/2023	12/05/2028	Custo amortizado	8.868	8.868
					177.501	177.501

35. Eventos Subsequentes

A diretoria declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NESTOR
BAPTISTA:
072143089
91

Assinado de forma
digital por NESTOR
BAPTISTA:0721430
8991
Dados: 2023.08.09
16:05:02 -03'00'

Nestor Baptista
Diretor Presidente

CLEVERSON
MORAES
SILVEIRA:004
57690950

Assinado de forma
digital por CLEVERSON
MORAES
SILVEIRA:00457690950
Dados: 2023.08.09
15:59:43 -03'00'

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO
SOUZA
RIBEIRO:23616652
987

Assinado de forma digital
por FERNANDO SOUZA
RIBEIRO:23616652987
Dados: 2023.08.09
15:29:49 -03'00'

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3